



184ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de julho de 2009, na sala de reuniões do CAP em Paranaguá - PR, às 09h30min, sob a presidência do Sr. Martinho Cândido Velloso dos Santos, reuniu-se o Conselho de Autoridade Portuária (CAP) do Porto de Paranaguá, com a presença dos **Conselheiros:** Luiz Hamilton Lima Mendonça, Daniel Lucio Oliveira de Souza, Mauricio Vitor de Souza, José Baka Filho, Ivany Marés da Costa, Luiz Alberto de Paula César, Carlos de Oliveira da Velha Filho, Carlos Alberto Silveira Calvo, Michel Martins da Silva, Sandro Flores Monteiro, Edson César Aguiar, Marco Aurélio Chapaval, Herber Soares de Freitas, Maria do Socorro de Oliveira, Carlos Alberto Martins da Costa, Wilson Moraes da Silva, Zulfiro Antonio Bósio, Airtton Galinari, Blásio José München, Cláudio Fernando Daudt, Luciano Cardoso Denardi, João Gilberto Cominese Freire e Hário Mirzo Tieppo **Convidados:** Fernando O.S. Muller - Receita Federal; Valter Demeneck e Francisco da Rocha Santos - TC do Paraná, Paulo Emanuel do Nascimento - SEMMA-PMP e Sidney Pinto - COTRIGUAÇU; **Justificativas de ausência:** Conselheiros: Ismael Alves Pires Neto, Juarez Moraes e Silva e Luiz Antonio Fayet; 1 - **ABERTURA DOS TRABALHOS** - O **Presidente** deu início à reunião agradecendo a presença de todos. 2 - **DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ATA RELATIVA À 183ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CAP** - Secretária do Conselho; que após recebida e analisada pelo colegiado, foi aprovada por unanimidade; 3 - **POSSES** - *Bloco do Poder Público* - Conselheiro **LUIZ HAMILTON LIMA MENDONÇA** - Representante Suplente do Governo Federal; *Bloco dos Usuários dos serviços Portuários e Afins* - Conselheiro **HÁRIO MIRZO TIEPPO JUNIOR**, Representante Suplente dos Terminais Retroportuários; Após uma breve apresentação dos novos empossados, deixando a palavra aberta aos mesmos. Ambos manifestaram a satisfação com que estavam assumindo aquele Conselho, face à relevância do mesmo no contexto nacional. O **Cons. Daniel**, em nome da APPA desejou boas vidas a ambos, ao **Cons. Hário** por sua postura e ao **Cons. Luiz Hamilton** pelo conhecimento anterior de porto, acreditando que sua colaboração será muito importante para este CAP; 4 - **ORDEM DO DIA**; 5 - **INFORMAÇÕES GERAIS** - 5.1 **INFORMAÇÕES TÉCNICAS SOBRE O PORTO DE PARANAGUÁ E SUA EXPANSÃO E O PDZPO - REUNIÃO REALIZADA NO INSTITUTO DE ENGENHARIA DO PARANÁ** - Relatora da Comissão do PDZPO e de Arrendamentos - Conselheira **Maria do Socorro de Oliveira** após votos de boas vindas aos recém empossados, disse ter participado de uma reunião promovida pelo Instituto de Engenharia do Paraná, onde o Prefeito Baka também participou, cujo caráter era mais uma conversa a respeito dos projetos de expansão do Porto de Paranaguá e através da qual eles queriam saber sobre o PDZPO do porto, para troca de idéias, tendo em vista que junto ao referido Instituto existe um pré-projeto para expansão do Porto de Paranaguá no sentido da Ilha da Cotinga. A reunião contou com a participação de pessoas envolvidas ou interessadas no assunto, professores, engenheiros e representantes de órgãos ligados ao tema, que em algum momento na história do Paraná trataram da questão do transporte. Foram abordadas questões que envolvem o PDZPO, as possibilidades de expansão do sistema portuário paranaense, oportunidades estratégicas, ameaças, forças do sistema e suas dificuldades. Também que o PDZPO atual não contempla toda área do porto organizado. Atualmente o estudo centra-se apenas na localização atual do porto de Paranaguá e não está claro com relação ao futuro, às tendências, inclusive em relação aos investidores. Na oportunidade, disse que fez uma apresentação da área do porto organizado, uma área imensa sob a gestão da APPA, que vai de Pontal do Sul até a Ponta Graciosa em Antonina, delimitada pelo Decreto Federal 4558/02, Sobre a questão portuária brasileira, falou da necessidade de investimentos públicos pesados no setor de transporte portuário mesmo com a atual retração econômica impar no mercado internacional. O CAP tem responsabilidade muito grande em perceber o momento estratégico, mais do que nunca todos os países do mundo estão buscando melhor posicionamento mundial, com investimentos maciços de recursos públicos, priorizando a área de transportes. O setor público é hoje fundamental para o desenvolvimento do país, o Conselho representa este setor aqui em Paranaguá, o que nos indica a necessidade de envidar esforços com conhecimentos plenos para realmente discernir qual caminho deve se tomar no sistema portuário e na logística dos portos do Paraná. **Cons. Bósio** parabenizou a **Cons. Maria** pelo elevado conhecimento das questões portuárias. Disse que desde o início de sua participação no Conselho, na ALCA e em todos os fóruns que participou, foram discutidos investimentos



COMISSÃO DE AUTORIDADE
PORTUÁRIA DO PORTO DE
PARANAGUÁ

Rua Antônio Pereira, 161
Cep: 83221-030 Paranaguá - PR
Tel: (41) 3420-1142 - Fax: (41) 3420-1390
www.autoridadeportuaria.pr.gov.br
E-mail: cap@pr.gov.br

portuários e o tratamento das cidades portuárias e do meio ambiente que é o grande assunto do momento. Tem que se trabalhar em cima do foco da logística dos portos e das condições das cidades portuárias. O governo tem que investir nesses segmentos para que o país chegue ao que se deseja. **Cons. Luiz Hamilton** fez uma colocação informando que esse assunto também é uma preocupação da Secretaria Especial de Portos - SEP, que tem em sua estrutura uma Diretoria com uma Coordenação Geral voltada especificamente para esse tema, ou seja, a revitalização das cidades portuárias. Quanto à logística, informou existir um Projeto custeado por uma fundação americana, cujo estudo objetiva exatamente definir como deverá ser a logística portuária e que em breve estará em andamento. O **Presidente** concluiu dizendo que assuntos dessa importância devem ser preocupação constante do Conselho. E para não perder-se o momento, o CAP necessita desincumbir-se de alguns assuntos, para que alavanque as atividades, já que o grande foco é a discussão de questões relacionadas a produtividade, redução de custos, questões do trabalho, entre outras.

5.2 INFORMAÇÕES SOBRE A 1ª CONVENÇÃO HEMISFÉRICA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL PORTUÁRIA, DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA), REALIZADA EM FOZ DO IGUAÇU - PR - Representante titular do Governo do Estado - **Conselheiro Daniel Lúcio Oliveira de Souza** informou que o evento foi um sucesso, que a participação da APPA, na qualidade de anfitriã, foi extremamente expressiva, objeto de elogios internacionais. Na palestra magna, proferida por Jean Michel Custeau, houve a participação de mais de 700 pessoas, inclusive com a participação de diversos Conselheiros. O evento planejado há mais de um ano, teve, através da OEA, a participação de 37 países membros da Comissão Interamericana de Portos, com palestrantes de alto nível intelectual de mais de 10 países, promovendo debates e discussões e, mais de 20 países colaborando diretamente com sites, publicação de livros e periódicos divulgando o evento. Isto projeta os portos do Brasil, mostrando nossas dificuldades e deficiências, pois o porto não está apresentando as atitudes e melhorias que desafiam a realizar, como com a participação dos operadores portuários, trabalhadores, enfim toda a comunidade portuária, cada um com certo grau de responsabilidade dentro da questão. O evento foi muito bem planejado e cumprimentado pelo Secretário Geral da Comissão Interamericana de Portos, pela disposição e planejamento, principalmente por se ter aproveitado a oportunidade para agradecer a todos pela colaboração e creditação na importância e ajudaram a custear o evento. **CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO (RELAÇÃO DE PRÉ-QUALIFICAÇÃO DOS OPERADORES PORTUÁRIOS)** Relator da Comissão - **Conselheiro Zulfiro Antonio Bósio**; informou que a agenda para aquele dia, no período da tarde, estendendo-se até o fim da tarde, desejassem participar, tendo em vista que na oportunidade respeito a todos, como o aprofundamento do canal do porto de Paranaguá através de "Road Show", ficando a próxima reunião do Conselho. **Cons. Michael** manifestou a iniciativa de aumentar as exigências das Normas de Foz de Iguaçu, pois entende que existe dois tipos de operadores portuários, um que não conhece o porto e se baseia no cadastro da APPA, que opera com sistema "liner". Cabe a APPA distinguir os operadores em relação ao segundo, porque Pecém, por ser um porto de águas profundas, a Norma que saiu fazia uma pré-qualificação e exigência dos operadores portuários e, pela falta de serviço cada um deles foi mudado para que os operadores pudessem fazer um teste de qualidade e eficiência de custos, para um melhor uso dos equipamentos e de mão de obra. **Cons. Blásio** disse que, considerando que, historicamente, é uma prática comum e efetiva tomando posições indevidas, com o mesmo objetivo, muitas vezes elevando custos e desequilibrando as contas, as medidas importantes a serem tomadas. **Cons. Daniel** propôs

que a Comissão de Autoridade Portuária não poderia ser responsável por essas atividades. Informou ter sido a iniciativa da Comissão pela iniciativa, pela participação do Conselho. Aproveitou a oportunidade para agradecer aos patrocinadores que colaboraram com o evento. **CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO (RELAÇÃO DE PRÉ-QUALIFICAÇÃO DOS OPERADORES PORTUÁRIOS)** Relator da Comissão - **Conselheiro Zulfiro Antonio Bósio**; informou que a agenda para aquele dia, no período da tarde, estendendo-se até o fim da tarde, desejassem participar, tendo em vista que na oportunidade respeito a todos, como o aprofundamento do canal do porto de Paranaguá através de "Road Show", ficando a próxima reunião do Conselho. **Cons. Michael** manifestou a iniciativa de aumentar as exigências das Normas de Foz de Iguaçu, pois entende que existe dois tipos de operadores portuários, um que não conhece o porto e se baseia no cadastro da APPA, que opera com sistema "liner". Cabe a APPA distinguir os operadores em relação ao segundo, porque Pecém, por ser um porto de águas profundas, a Norma que saiu fazia uma pré-qualificação e exigência dos operadores portuários e, pela falta de serviço cada um deles foi mudado para que os operadores pudessem fazer um teste de qualidade e eficiência de custos, para um melhor uso dos equipamentos e de mão de obra. **Cons. Blásio** disse que, considerando que, historicamente, é uma prática comum e efetiva tomando posições indevidas, com o mesmo objetivo, muitas vezes elevando custos e desequilibrando as contas, as medidas importantes a serem tomadas. **Cons. Daniel** propôs

Ata de 184ª Reunião Ordinária

[Handwritten initials and signatures]

[Vertical column of handwritten signatures and initials]



COMISSÃO DE AUTORIDADE
PORTUÁRIA DO PORTO DO
PARANÁ

Rua Antônio Pereira, 161
Cep: 83221-830 Paranaguá - PR
Tel. (41) 3420-1142 - Fax (41) 3420-1360
www.autoridadeportuaria.pr.gov.br
E-mail: cap@pr.gov.br

nas exigências para credenciar os operadores portuários de modo que se tenha uma visão classificatória dos operadores, qualificando-os de modo a diferenciar um operador com terminal próprio, equipamentos e investimentos, de um que não tem. Assim sendo, o usuário, que na maioria das vezes não conhece os procedimentos portuários, quando olhar para a comunidade portuária pode distinguir quem é quem e o que faz. Quando a APPA qualifica um operador portuário, chancela o mesmo, avaliando sua idoneidade e competência. Solicitou que a Comissão qualifique as empresas de acordo com as suas atividades, tendo em vista que algumas empresas estão dentro do porto mas são apenas prestadores de serviço ou agentes de carga e não exatamente um operador portuário. O **Presidente** propôs que fosse efetuado um cronograma de assuntos e ações com datas e horários, para que o Colegiado tivesse um horizonte de planejamento para pautar no plenário. Sugeriu que a Autoridade Portuária elaborasse um esboço da Revisão das Normas de Pré-Qualificação de Operador Portuário para submeter e subsidiar o trabalho da Comissão. Ficou decidido que o tema será objeto de análise da Comissão de Regulação Portuária.

5.4 INFORMAÇÕES SOBRE O ANDAMENTO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO (REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DAS NORMAS DE TRÁFEGO E PERMANÊNCIA NOS PORTOS DO PARANÁ: REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DO REGULAMENTO DE EXPLORAÇÃO DO PORTO DE PARANAGUÁ e PROPOSTA CONCILIADORA PARA USO DE BERÇOS DE ATRACAÇÃO DE CONTEINER E GRANEL) Relator da Comissão de Regulação Portuária – Conselheiro Daniel Lúcio Oliveira de Souza informou que a Comissão de Regulação tem se reunido constantemente, discutindo os assuntos, inclusive com alguns já aprovados. A dragagem do canal da Galheta está praticamente concluída e deverá ser entregue oficialmente nos próximos dias. Os serviços de batimetria serão em breve iniciados, pois está sendo contratada uma empresa para tal e, assim que concluídos, o calado do porto será aumentado, com ou sem o consentimento da Marinha, uma vez que esta prerrogativa cabe à Autoridade Portuária; As bóias deverão ser reposicionadas a partir da melhoria do tempo, relatando e ressaltando a assiduidade com que tem acontecido acidentes com navios abalroando bóias. Comunicou que estiveram visitando dois simuladores, um da Fundação Homem do Mar na cidade do Rio de Janeiro e o simulador do CIAGRA e que instruiu a sua assessoria para começar o Termo de Referência para a contratação dos serviços de simulação. Junto a Fundação Homem do Mar foi conversado sobre GPS, está estudando a possibilidade de aquisição de GPS, uma vez que no Brasil está muito atrasado nesta questão e isto tem que ser estruturado com ferramentas necessárias para colocar o porto numa situação operacional e gerencial superior ao que está. Com relação às Normas de Tráfego e Fundeio, disse que o porto de Paranaguá, como Autoridade Portuária, não tem tido ferramentas necessárias e adequadas para gerenciar as áreas de fundeio, inclusive este serviço tem que ser tarifado pelo porto. Sobre a Revisão e Atualização do Regulamento de Exploração do Porto, ainda não foi efetivamente discutido pela Comissão, até porque entende que esse assunto tem muitos pontos relacionados com o de Pré-Qualificação dos Operadores Portuários e, portanto, deverá ser trabalhado em paralelo. Sobre a proposta conciliadora para utilização do berço 214 pelos segmentos de contêiner e de granel, entende ser factível. Propôs uma conversa com os dois segmentos de forma a, de comum acordo, regulamentar essa operação. Dirigindo-se ao Cons. Edson, como representante do SINDOP, manifestou o seu desapontamento com relação às ações judiciais desnecessárias, como a impetrada contra a Ordem de Serviço do Clube de Serviços de Meio Ambiente, que poderia ser discutida em uma conversa pessoal e até mesmo no CAP. Cons. Edson disse que, embora as palavras do Cons. Daniel fossem bem vindas, o diálogo deveria ser proposto antes da emissão de Ordens de Serviços com abrangência da última, porque após a emissão destas, no seu entendimento, não haverá outro caminho a ser tomado. O **Presidente** renovou suas considerações dizendo que todas as decisões que por ventura venham a ser tomadas sejam antes discutidas de forma administrativa antes de serem levados à esfera judicial, lembrando já ter sido essa sua posição em reuniões anteriores. Com relação a proposta conciliatória sugerida pelo Cons. Daniel propôs que fosse elaborada uma proposta com o entendimento entre as partes envolvidas devendo receber contribuições a serem apresentadas até meados de agosto para circular entre os Conselheiros sendo pautada para a próxima reunião.

5.5 CLUBE DE SERVIÇOS DE MEIO AMBIENTE - ESCLARECIMENTOS – Representa Titular do Governo do Estado – Conselheiro Daniel Lúcio Oliveira de Souza; Informa que o Clube de Serviço tem um conceito



COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTUÁRIA DO PORTO DE
PARANAGUÁ

Rua Antônio Pereira, 164
Cep: 83221-630 Paranaguá - PR
Tel (41) 3420-1142 - Fax (41) 3420-1362
www.autoridadeporparana.gov.br
E-mail: capp@par.gov.br

de condomínio, não sendo um monopólio, que diante das queixas de algumas empresas visitadas, ira cobrar uma posição da Alpina Briggs, que foi a vencedora da licitação, pois esta não pode se prevalecer de ter vencido o certame para obter vantagens excessivas, pois em razão do volume de associados e pelo caráter público, os custos terão que ser menores que os praticados no mercado. **Cons. Cláudio Daudt** - com relação a ação judicial interposta, manifestou seu apoio ao Cons. Daniel no que se refere a utilizar a esfera judicial como último recurso, após esgotadas todas as negociações possíveis.. Sobre o Clube de Serviço, considera o mesmo de grande importância para a comunidade portuária, a apresentação e as condições apresentadas necessitam ser revistas adequando-se a realidade do Porto de Paranaguá. A idéia central de um Clube desta natureza é de preparar e dimensionar o pior cenário que se poderia viver no Porto Organizado de Paranaguá, situação vivenciada pela empresa que representa há cinco anos com a explosão de um navio atracado. As questões de segurança devem ser discutidas no CAP que é o fórum adequado, como um exemplo podemos destacar o abastecimento de embarcações com produtos perigosos enquanto atracados, já que o Operador Portuário não tem nenhum gerenciamento sobre o navio atracado. Sugeriu uma apresentação futura para o Conselho, sobre o acidente do navio Vicuna. **Cons. Sandro** disse que há quase unanimidade sobre o Clube de Serviços. A idéia do condomínio é ótima, tecnicamente é excelente, operacionalizar de uma forma mais segura e também com custos menores, mas a empresa está propondo um custo muito alto e fora da realidade. Todos os terminais têm interesse em participar do Clube, o que falta é chegar a um entendimento entre todos os terminais inclusive com a Alpina, para chegar a um ponto de equilíbrio. **Cons. Airton** complementando a abordagem do Cons.Sandro, disse que sua preocupação realmente é com relação a custos, que não estão à nível de Paranaguá. O Clube de Serviço é uma necessidade inclusive legal, mas os custos estão fora da realidade. Lembrou a criação do primeiro Clube de Serviço, criado com a mesma intenção do atual, mas a contento de todos. A preocupação com os custos é comum, para que não inviabilize as operações, tirando a competitividade entre os portos. O **Presidente** acatou a sugestão do Cons. Daudt para a apresentação sobre o acidente com o navio Vicuna, numa próxima reunião. **5.6 - APRESENTAÇÃO SOBRE "DERRAMAMENTO DE RESÍDUOS EM VIAS PÚBLICAS E O NOVO CÓDIGO AMBIENTAL DO MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ"** - Representante titular do Município - **Conselheiro José Baka Filho**; Fez uma breve introdução dizendo que Paranaguá é uma cidade que por ser portuária tem como característica a intensa atividade que gera uma série de resíduos e uma comunidade empresarial, trabalhadora, rica como a nossa, não pode conviver sempre com sujeira nas ruas. A obrigação dos órgãos do Município é coletar o lixo domiciliar e desobstruir as vias de acesso, para isso cobra a taxa de limpeza pública. A Secretaria do Meio Ambiente, nos últimos anos, tem promovido campanhas educativas junto às empresas, terminais, enfim junto à comunidade portuária, sugerindo ações no sentido de reduzir derramamento residual, aproveitando a criação do Clube de Serviço no que se refere a prevenção educativa na área de segurança do trabalhador portuário com a prevenção de acidentes e derramamento de resíduos, A solução encontrada para a cumprir a exigência legal foi a criação de leis complementares como o Código Ambiental do Município que regulamenta as leis federais existentes. A própria legislação brasileira determina que o lixo tido como perigoso, produzido nos estabelecimentos comercial e industrial é obrigação do produtor do lixo fazer sua coleta e destinação final. Com a criação das leis que regulamentam as exigências tem-se que sair da indecisão para a execução. Apresentou o **Eng.º Paulo Emanuel do Nascimento** - Secretário do Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Paranaguá que fez uma apresentação do "Projeto Cidade & Porto Limpo", discorrendo sobre os seguintes tópicos: Obrigações; Justificativas; Objetivos; Embasamento Legal; Resolução CONAMA nº 05; Lei Federal nº 6.938/1981; Lei Estadual nº 12.493/1999; Lei Complementar Municipal nº 095/2008; Área de Abrangência do Projeto; Serviços Diretos a serem executados; Serviços Indiretos a serem executados; relação de Pessoal Máquinas e Equipamentos; Custos Operacionais; Metodologia de Trabalho; Propostas. **Cons. Daniel** parabenizou a Prefeitura Municipal de Paranaguá, através do Secretário Paulo Emanuel, pela apresentação e vontade de discutir os problemas, buscando solucioná-los. Entende que além de trabalhar os efeitos tem que trabalhar mais a causa, devendo-se atuar na fonte, isto é, com ação educativa junto aos terminais, operadores, envolvendo toda a comunidade, trazendo a Coopadubo, Coopamex, o Sindicato dos Condutores Autônomos, para uma discussão



COMISSÃO DE AUTORIZAÇÃO
PORTUÁRIA DO PORTO DE
PARANAGUÁ

Rua Antônia Pereira, 161
Cep: 83221-030 Paranaguá - PR
Tel (41) 3420-1142 - Fax (41) 3420-1390
www.autorizadeporparaguaria.pr.gov.br
E-mail: cap@paraguaria.pr.gov.br

aberta, porque quando se fala em pavimentação deve-se também falar em pesos. A frota deve ser melhorada, mas não adianta melhorar a frota se não houver preocupação com a questão ambiental, tem que haver uma conscientização, além de mecanismos para controle e fiscalização. **Cons. Baka** disse que o "Projeto Cidade & Porto Limpo", é um projeto coletivo, que será levado ao conhecimento de todos, já programado para a primeira apresentação na ACIAP nas próximas semanas, levando essas informações a todos os setores da comunidade, cooperativas, condutores autônomos, terminais, empresas, pois se tem que ir onde está sendo gerado o resíduo, tem que ser uma atitude perene, educada, com mobilização da comunidade para evitar novamente a sujeira; Será um trabalho em longo prazo e para isso, espera e conta com a participação de todos. **Cons. Sandro** - por conhecimento próprio na área, sugeriu que seja efetuada uma conscientização junto aos motoristas, pois com um investimento baixíssimo nos caminhões, poderá se obter resultados satisfatórios, inclusive que se busque a solução junto ao projeto inicial do caminhão. **Cons. Bósio** informa que segundo um pré-estudo efetuado, os prejuízos com relação a perda de granéis anualmente, da cidade de Ponta Grossa ao porto de Paranaguá, é da ordem de 10 milhões de dólares, e 70% desta perda acontece no porto. O **Presidente** disse que o assunto é relevante e polêmico, que talvez uma saída seja a federalização do acesso através da ampliação da área do porto organizado, incorporando uma via marginal de acesso ao porto. Não que seja a única, mas provavelmente uma possível solução viável, como aconteceu no Porto de Itajaí. O **Conselheiro Baka** esclareceu que no tocante à federalização as avenidas Airton Senna e Bento Rocha já fazem parte de trecho da Br-277, conforme consta da Lei nº 5917/73, do Plano Nacional de Viação e, portanto, os acessos já são rodovias federais, podendo receber recursos do DNIT, mediante aplicação direta ou por delegação.

5.7 ASSUNTOS PENDENTES DE SOLUÇÃO REFERENTES ÀS REUNIÕES ORDINÁRIAS ANTERIORES – Secretaria do Conselho: a) Comissão de Regulação Portuária - Revisão a Atualização do Regulamento de Exploração do Porto de Paranaguá, b) Comissão de Fomento e Produtividade Portuária - Revisão e Atualização das Normas de Pré-Qualificação dos Operadores Portuários, - Treinamento dos Trabalhadores Portuários

Avulsos; O **Presidente** comunicou o encaminhamento de um expediente a direção do OGMO, circulado entre os Conselheiros e ainda não respondido pelo mesmo, solicitando treinamento de trabalhadores portuários – Ações junto à Diretoria de Portos e Costas da Marinha Brasileira, para subsidiar o trabalho da Comissão que deverá ser encaminhado a Marinha. Registrou também o encaminhamento da Moção nº. 001/09 e seu Anexo ao Secretário do Ministério da Agricultura como apoio a solicitação da Superintendência Regional do Ministério com relação a medidas essenciais para reduzir a burocracia e adequar procedimentos no âmbito da Vigilância Agropecuária Internacional - VIGIAGRO / Ministério da Agricultura – MAPA. **6 – EXPEDIENTE:**

5.1 - Relatório Operacional da APPA 5.2 - Relatório de Atividades do OGMO; 5.3 -

Correspondências Expedidas e Recebidas; 7 – ASSUNTOS GERAIS – Presidente - Diante das constantes reclamações sobre danificações das defensas, entende ser necessário que a direção portuária elabore um diagnóstico criterioso através da sua Diretoria Técnica, com uma análise técnica e qualitativa dessas operações, para ser apresentado e debatido, se possível na próxima reunião, porque pela observação efetuada das defensas e mesmo através de fotografias verifica-se o seu aparente bom estado, indicação de que algumas das operações de acostagem podem não ter sido muito cuidadosas ou pelo menos feitas com os cuidados que a operação requer.

Cons. Michael disse que a proposta do Presidente é bastante pertinente, porque através desse relatório a APPA deixará evidenciado em quais outras áreas do porto e onde poderá ser efetuado o uso de "bow-thruster", recurso de navios, que não estão sendo utilizados em Paranaguá; **Cons. Daniel** diante das sugestões, comprometeu-se a promover, junto a Diretoria Técnica, uma coleta das correspondências recebidas e estabelecer um procedimento interno para apurar responsabilidades, pois a seu ver muitas desses acidentes são causados por imperícia de manobra dos navios, que envolve praticagem e outros agentes. Solicitará aos técnicos especializados um laudo dessas causas para saber se é de manobrabilidade de embarcação ou da engenharia da APPA. Informou que haverá recuperação do cais numa situação emergencial, onde serão afixadas novas defensas, independentemente da obra do processo de remodelação do cais comercial, que está na Casa Civil, objeto da construção de um novo cais com maior profundidade das cortinas, novo costado, com instalação de novas defensas, dragagem de berço,

(Handwritten signatures and initials)



COMISSÃO DE AUTORIZAÇÃO DE PORTUÁRIA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Rua Antônio Pereira, 193
 Cap: 83221-030 Paranaíba - PE
 Tel: (41) 3422-1142 - Fax: (41) 3422-1362
 www.autorizacaodeportuaria.pe.gov.br
 E-mail: cap@pe.gov.br

etc. Solicitou o apoio de todos para quando da emissão de Portarias, estabelecendo normas e regularizando essas situações, como por exemplo a dos Agentes Marítimos. Maria do Socorro disse que em todos os portos do mundo os operadores são responsabilizados por todos os prejuízos diretos ou indiretos por eles causados ao sistema, inclusive por paralisações, perda de caixa, etc. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a 184ª Reunião Ordinária, tendo eu Vitor Roberto Muller Bernardi lavrado a presente Ata, que vai assinada por mim e pelos Conselheiros, tão logo seja aprovada.

Conselheiros:

Martinho Cândido Velloso dos Santos _____

Luiz Hamilton Lima Mendonça _____

Daniel Lúcio Oliveira de Souza _____

Maurício Vitor de Souza _____

José Baka Filho _____

Ivany Marés da Costa _____

Luiz Alberto de Paula Cezar _____

Carlos de Oliveira da Velha Filho _____

Carlos Alberto Silveira Calvo _____

Michael Martins da Silva _____

Sandro Flores Monteiro _____

Edson César Aguiar _____

Marco Aurélio Chapaval _____

Herber Soares de Freitas _____

Antonio Carlos Bonzato _____

Carlos Antonio Tortato _____

Wilson Moraes da Silva _____

Maria do Socorro de Oliveira _____

Carlos Alberto Martins da Costa _____

Zulfiro Antonio Bósio _____

Airton Galinari _____

Blásio José München _____

Cláudio Fernando Daudt _____

Luciano Cardoso Denardi _____

João Gilberto Cominese Freire _____

Hário Mirzo Tieppo Junior _____

Convidados:

Fernando O Sottomaior Muller - Receita Federal _____

Valter Luiz Demeneck - TCE-PR _____

Francisco da Rocha Santos - TCE-PR _____

Sidney Pinto - Cotriguaçu _____